

FERNANDO FERNANDES

Professor Doutor do Curso de Direito
Universidade Estadual Paulista

O PROCESSO PENAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA CRIMINAL



ALMEDINA

<i>TÍTULO:</i>	O PROCESSO PENAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA CRIMINAL
<i>AUTOR:</i>	FERNANDO FERNANDES
<i>EDITOR:</i>	LIVRARIA ALMEDINA – COIMBRA www.almedina.net
<i>DISTRIBUIDORES:</i>	LIVRARIA ALMEDINA ARCO DE ALMEDINA, 15 TELEF. 239 851900 FAX 239 851901 3004-509 COIMBRA – PORTUGAL LIVRARIA ALMEDINA – PORTO RUA DE CEUTA, 79 TELEF. 22 2059773 FAX 22 2039497 4050-191 PORTO – PORTUGAL EDIÇÕES GLOBO, LDA. RUA S. FILIPE NERY, 37-A (AO RATO) TELEF. 21 3857619 FAX 21 3844661 1250-225 LISBOA – PORTUGAL LIVRARIA ALMEDINA ATRIUM SALDANHA LOJA 31 PRAÇA DUQUE SALDANHA, 1 TELEF. 231712690 atrium@almedina.net LIVRARIA ALMEDINA – BRAGA CAMPOS DE GUALTAR UNIVERSIDADE DO MINHO 4700-320 BRAGA TELEF. 253 678 822 braga@almedina.net
<i>EXECUÇÃO GRÁFICA:</i>	G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA. PALHEIRA ASSAFARGE 3001-453 COIMBRA E-mail: producao@graficadecoimbra.pt AGOSTO, 2001
<i>DEPÓSITO LEGAL:</i>	166334/01 Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I – FUNDAMENTOS	15
Secção 1 – Pensamento sistemático e Direito Penal.	17
§ 1 – O método sistemático na realização do Direito.	17
§ 2 – O método sistemático e a Ciência Jurídico-Penal.	25
§ 3 – O processo penal no Sistema Jurídico-Penal.	36
§ 4 – Orientação político-criminal do processo penal.	43
1 – Aproximação conceitual à política criminal.	47
Secção 2 – O processo penal como instrumento de política criminal.	53
§ 1 – O processo penal funcional e garantidor.	54
§ 2 – Conteúdo prognóstico do processo penal.	67
§ 3 – Integração teleológica do processo penal.	73
Secção 3 – Modelos estruturais do processo penal.	79
Secção 4 – A influência do modelo de processo penal no estado do Sistema Jurídico-Penal	87
§ 1 – Processo penal e modelo de Estado.	87
§ 2 – Princípio da legalidade.	89
1 – No Direito Penal.	89
2 – No processo penal.	90
§ 3 – Consequências do princípio da legalidade para o Estado e para o cidadão: segurança X liberdade.	92
1 – Estado: monopólio da economia punitiva.	92
2 – Cidadão: Estado providência em matéria de segurança.	93
Secção 5 – A crise no sistema punitivo estatal.	95
§ 1 – Situação do problema.	96
1 – Inflação legislativa em matéria penal.	96
2 – Congestionamento processual.	99
Secção 6 – Alternativas aventadas.	105
§ 1 – Medidas de Direito material.	105

1 – Considerações gerais.	105
1.1 – Princípio da intervenção mínima.	106
1.2 – Princípio da <i>última ratio</i>	106
1.3 – Princípio da proporcionalidade.	107
2 – Direito penal mínimo.	109
§ 2 – Medidas de natureza processual.	115
1 – Controle sobre o exercício da acção penal.	116
1.1 – Itália.	117
1.2 – Alemanha.	119
1.3 – Portugal.	121
1.4 – Brasil.	123
PARTE II – DIVERSIFICAÇÃO DE RITOS PROCESSUAIS.	131
Secção 1 – Diversão.	133
§ 1 – Modelo consensual de justiça criminal.	139
1 – Fundamento filosófico.	141
2 – Fundamento criminológico.	156
PARTE III – DOS MODELOS DE DIVERSIFICAÇÃO PROCESSUAL EM ESPÉCIE.	165
Secção 1 – Modelo italiano.	167
§ 1 – <i>Giudizio abbreviato</i>	172
§ 2 – <i>Giudizio direttissimo</i>	177
§ 3 – <i>Giudizio immediato</i>	180
§ 4 – <i>Procedimento per decreto</i>	182
§ 5 – <i>Applicazione della pena su richiesta delle parti</i>	188
1 – Noção.	188
2 – Antecedentes.	188
3 – Terminologia.	191
4 – <i>A applicazione della pena su richiesta delle parti e o sistema acusatório</i>	193
5 – Campo de incidência.	196
6 – Objecto.	198
6.1 – De natureza pública (sanção).	198
6.1.1 – A imputação (guilt plea).	199
6.1.2 – As consequências jurídicas do delito.	200
6.1.2.1 – A medida da pena.	200
6.1.2.1.1 – Natureza jurídica da redução de pena.	203
6.1.2.1.2 – Medida da redução.	205
6.1.2.2 – Contrapartida diversa da redução de pena.	208
6.1.2.2.1 – Substituição.	208
6.1.2.2.2 – A suspensão condicional da pena.	209
7 – Sujeitos processuais.	212
7.1 – Ministério público.	214
7.2 – Defensor.	216

7.3	Acusado.	219
7.4	Vítima.	220
7.5	– Juiz.	223
8	Pluralidade de sujeitos e pluralidade de objecto.	229
8.1	– Concurso de agentes.	230
8.2	– Concurso de delitos.	232
9	– Natureza jurídica.	234
9.1	Revogabilidade.	235
9.2	Incumprimento.	237
9.3	Confissão.	238
10	Procedimento.	239
11	– Forma.	241
12	Momento da realização.	242
12.1	– Termo final.	242
12.2	– Termo inicial.	244
12.3	Exercício da acção penal.	246
13	– Pronunciamento jurisdicional.	248
13.1	Verificação da responsabilidade penal.	248
13.2	– Natureza jurídica.	254
13.3	– Efeitos.	256
13.3.1	– Efeitos no juízo cível e administrativo.	257
13.3.2	Efeitos quanto à extinção do crime.	258
13.3.3	Efeitos quanto às penas acessórias, à medida de segurança e ao confisco.	259
13.3.4	Efeitos quanto à habitualidade, reincidência e profissionalidade.	261
13.4	– Fundamentação.	261
14	Recursos.	263
15	Delimitação da aplicação (vector garantia).	263
15.1	– Limites constitucionais.	264
15.1.1	Estado de Direito.	267
15.1.2	Dignidade Humana.	268
15.1.3	– Direitos e garantias fundamentais.	268
15.1.3.1	– Princípio do direito à jurisdição.	268
15.1.3.2	– Princípio da presunção de inocência.	270
15.1.3.3	– Princípio da igualdade.	271
15.2	– Limites processuais.	272
15.2.1	Princípio da legalidade.	273
15.2.2	Princípio da disponibilidade.	277
15.2.3	– Princípio da verdade material.	278
15.2.4	Princípio do contraditório.	280
15.2.5	– Princípio da publicidade.	281
15.2.6	– Princípio da ampla defesa.	282
15.2.7	– Princípio da igualdade.	283
15.2.8	Princípio da oralidade.	283
15.3	Limite temporal.	283

16 – Perspectivas.	285
Secção 2 – Modelo alemão.	287
§ 1 – Procedimento de acção privada (<i>Privatklageverfahren</i>).	288
§ 2 – Procedimento acelerado (<i>beschleunigte Verfahren</i>).	291
§ 3 – Procedimento por decreto de ordem penal (<i>Strafbefehlsverfahren</i>).	297
§ 4 – Limitações ao dever de acusação (<i>Durchbrechungen des Anklagezwanges</i>).	309
1 – Noção.	311
2 – Antecedentes.	312
3 – Âmbito de incidência.	314
4 – Pressupostos.	319
4.1 – Falta de interesse público na persecução (<i>Fehlen des öffentlichen Interesses an der Verfolgung</i>).	320
4.2 – Culpabilidade leve (<i>geringe Schuld</i>).	323
5 – Características.	328
5.1 – Não persecução por razões de insignificância (§ 153, <i>StPO</i>).	328
5.2 – Arquivamento contra injunções e regras de conduta (<i>Einstellung gegen Auflagen und Weisungen</i> : § 153, <u>a</u> , 1, <i>StPO</i>).	332
5.2.1 – Natureza Jurídica.	339
5.3 – § 153, <u>a</u> , 2, <i>StPO</i> .	341
6 – Controle.	343
7 – Sujeitos processuais.	353
7.1 – Ministério público.	354
7.2 – Inculpado.	363
7.3 – Defensor.	367
7.4 – Vítima.	373
7.5 – Tribunal.	385
8 – Pronunciamento jurisdicional.	387
8.1 – Natureza jurídica (condenatório/absolutório).	388
8.2 – Reconhecimento da culpabilidade.	389
8.3 – Fundamentação.	389
8.4 – Efeitos.	390
8.4.1 – Caso Julgado.	390
8.4.2 – Reincidência.	391
8.4.3 – Prescrição.	392
9 – Recursos.	392
10 – Delimitação da aplicação.	393
10.1 – Limites constitucionais.	393
10.1.1 – Estado de Direito Democrático.	394
10.1.2 – Direito à jurisdição.	395
10.1.3 – Presunção de Inocência.	395
10.1.4 – Princípio da igualdade de armas.	396
10.2 – Limites Processuais.	397
10.2.1 – Legalidade.	397
10.2.2 – Publicidade.	403
10.2.3 – Igualdade.	404

10.2.4 – Verdade Material.....	405
10.2.5 Oralidade.....	407
11 – Críticas.....	407
12 Estatísticas.....	412
§ 5 – Acordos informais (Vergleiche).....	415
 Secção 3 – Modelo português.....	 433
§ 1 – Procedimento dependente de queixa ou de acusação particular.....	435
§ 2 Processo sumário.....	442
§ 3 Processo abreviado.....	453
§ 4 – Processo sumaríssimo.....	458
§ 5 – Método concreto de determinação da competência.....	466
§ 6 – Alteração substancial dos factos.....	474
§ 7 Arquivamento em caso de dispensa da pena.....	485
§ 8 Confissão.....	492
§ 9 Suspensão provisória do processo.....	496
1 – Noção.....	496
2 Âmbito de incidência.....	497
3 – Pressupostos.....	502
4 Injunções e regras de conduta.....	507
4.1 – Natureza jurídica.....	510
5 – Antecedentes.....	512
6 – Natureza jurídica da suspensão provisória do processo.....	513
7 – Sujeitos processuais envolvidos na suspensão provisória do processo.....	514
7.1 Ministério público.....	516
7.2 – Arguido.....	531
7.3 – Defensor.....	535
7.4 – Vítima.....	537
7.5 – Assistente.....	547
7.6 – Tribunal.....	549
8 – Pronunciamento jurisdicional.....	552
8.1 Natureza jurídica.....	552
8.2 – Verificação da responsabilidade penal.....	553
9 Efeitos.....	554
10 Fundamentação.....	555
11 Recursos.....	555
12 – Delimitação da aplicação.....	556
12.1 – Limites constitucionais.....	558
12.1.1 Estado de direito.....	560
12.1.2 Direitos e garantias fundamentais.....	561
12.1.3 – Princípio da presunção de inocência.....	561
12.1.4 – Princípio da culpabilidade.....	562
12.1.5 – Princípio da igualdade.....	563
12.1.6 – Princípio da igualdade de armas.....	563
12.2 – Limites processuais.....	563
12.2.1 Princípio da legalidade.....	564

12.2.2 – Princípio da indisponibilidade.	566
12.2.3 – Princípio da verdade material.	566
12.2.4 – Princípio da publicidade.	568
12.2.5 – Princípio da oralidade.	568
13 – Estatísticas.	568
Secção 4 – Modelo brasileiro.	575
§ 1 – Composição dos danos civis.	575
§ 2 – Aplicação imediata de pena não privativa da liberdade.	580
1 – Âmbito de incidência.	583
2 – Proposta.	588
3 – Sujeitos processuais intervenientes.	592
3.1 – Ministério Público.	593
3.2 – Autor da infracção, defensor e vítima.	602
3.3 – Juiz.	603
4 – Concurso de pessoas.	604
5 – Requisitos.	604
6 – Pronunciamento jurisdicional.	608
6.1 – Reconhecimento da culpabilidade.	611
7 – Recursos.	614
8 – Efeitos.	616
§ 3 – Procedimento sumaríssimo.	618
§ 4 – Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões negligentes.	624
§ 5 – Suspensão condicional do processo.	631
1 – Noção.	631
2 – Antecedentes.	631
3 – Âmbito de incidência.	632
4 – Pressupostos.	642
5 – Natureza Jurídica.	646
6 – Momento processual.	650
7 – Objecto.	653
7.1 – Condições.	654
7.1.1 – Espécies.	655
7.1.2 – Período de prova.	659
8 – Sujeitos processuais.	660
8.1 – Ministério público.	661
8.2 – Acusado.	671
8.3 – Defensor.	673
8.4 – Vítima.	674
8.5 – Responsável civil.	675
8.6 – Juiz.	676
9 – Concurso de agentes.	677
10 – Concurso de delitos.	678
11 – Pronunciamento jurisdicional.	680
11.1 – Natureza jurídica.	680
11.1.1 – Reconhecimento da culpabilidade.	681

12 – Efeitos.	682
13 – Recursos.	682
14 – Revogação.	684
14.1 Obrigatória.	684
14.2 – Facultativa.	686
15 Delimitação da aplicação.	687
15.1 Limites constitucionais.	687
15.1.1 Princípio constitucional do Estado Democrático de Direito.	689
15.1.2 – Protecção da dignidade da pessoa humana.	690
15.1.3 – Princípio da presunção de inocência.	692
15.1.4 – Regra do devido processo legal.	696
15.2 – Limites processuais.	696
15.2.1 – Princípio da legalidade.	696
15.2.2 Princípio da verdade material.	698
15.2.3 Princípio da publicidade.	700
16 – Críticas.	700
17 – Estatísticas.	701
PARTE IV AS FORMAS DE DIVERSIFICAÇÃO PROCESSUAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA CRIMINAL.	703
Secção 1 – Fundamentos.	705
§ 1 No Ordenamento Jurídico italiano.	705
1 Na Sentença nº 313 de 1990 da Corte Costituzionale.	710
§ 2 – No Ordenamento Jurídico alemão.	717
1 – A operação de fixação e medida da pena.	720
1.1 – Teoria da fórmula básica.	721
1.2 – Teoria da pena exacta.	724
1.3 Teoria da margem de liberdade.	725
1.3.1 – Teoria da margem de liberdade com centro de gravidade na prevenção especial e Teoria da proibição do excesso sobre o marco da culpabilidade.	726
1.3.2 – Teoria da margem de liberdade com centro de gravidade na prevenção geral.	737
1.4 – Teoria do valor do emprego.	740
2 – O futuro do princípio jurídico-penal da culpabilidade.	742
§ 3 No Ordenamento Jurídico português.	749
1 – A determinação da medida da pena.	753
§ 4 No Ordenamento Jurídico brasileiro.	764
1 A operação de fixação e medida da pena.	765
1.1 – Etapas do processo de individualização da pena.	771
1.2 – A dinâmica do processo de individualização concreta da pena.	777
1.2.1 E o art. 59 do Código Penal.	784
1.2.2 E as Teorias acerca da operação de medida da pena. ...	786

Secção 2 – Integração político-criminal das formas de diversificação processual....	791
CONCLUSÃO	829
BIBLIOGRAFIA	835